



À Prefeitura Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo

Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio

Ref: Esclarecimento com força de impugnação
Pregão Eletrônico nº 90004/2026
ID CiudadES Contratação nº 2026.036E0700001.01.0006

A **QFROTAS SISTEMAS LTDA¹**, vem, respeitosamente, por meio de seu representante legal, perante Vossa Senhoria, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM FORÇA DE IMPUGNAÇÃO**, nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, o que faz conforme as razões a seguir.

¹ Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.220.921/0001-35, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 122, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.430-180.



1. Introdução

A Prefeitura Itarana publicou Edital de Pregão Eletrônico visando a contratação de serviço de gerenciamento de transações comerciais, por meio de rede de empresas credenciadas, destinada à execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a realização de orçamentos de materiais e serviços, e a execução de atividades especializadas de manutenção, para atendimento da frota de veículos e dos equipamentos operacionais do Município de Itarana/ES, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme estabelecido em Edital e Termo de Referência.

No entanto, conforme argumentação a ser aprofundada adiante, há uma disposição que causa certa insegurança jurídica, ante a sua redação confusa que pode incidir em erro os licitantes.

Diante disso, **requer-se que seja analisado com urgência** o mérito do referido Esclarecimento pela R. Comissão de Licitação, a fim de prezar pela clareza, objetividade e precisão das informações trazidas no instrumento convocatório, sob a luz dos princípios da segurança jurídica, eficiência administrativa e legalidade.

2. Do pedido de esclarecimento.

Acerca da forma e critérios de medição, remuneração e pagamento, os itens 7.9.1 e 7.9.2 determinam o seguinte:

7.9.1. A remuneração da Contratada dar-se-á exclusivamente por meio do percentual de desconto ofertado na proposta vencedora, incidente sobre os valores dos serviços executados e das peças fornecidas pela rede credenciada de oficinas, conforme orçamentos aprovados, não sendo admitida qualquer outra forma de cobrança, taxa adicional ou encargo indireto à Administração.

7.9.2. O percentual de desconto ofertado corresponderá à taxa administrativa da Contratada, constituindo sua única forma de remuneração pela gestão operacional, administração da rede credenciada e disponibilização do sistema informatizado, devendo ser obrigatoriamente aplicado sobre a totalidade dos orçamentos, autorizações de serviço, medições e documentos fiscais vinculados à execução contratual.



Ao que se conclui da leitura dos dispositivos, a Administração Pública busca uma contratação em que estão isentas taxas de administração ou quaisquer outros custos a serem arcados pelo Órgão contratante (eventual taxa de administração positiva).

Neste sentido, o Edital prevê que a disputa tem como lance máximo inicial de -1,38% (um virgula trinta e oito por cento negativo):

5.1.3. Considerando o limite máximo de -1,38% (menos um inteiro e trinta e oito centésimos por cento negativo) estipulado pela Administração, somente será declarada vencedora a empresa que, após a fase de lances, apresentar valor igual ou inferior a R\$ 98,62 (noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), que corresponde a -1,38% (menos um inteiro e trinta e oito centésimos por cento negativo).

No entanto, em razão da disputa iniciar-se já em taxa negativa (desconto), e da leitura do item 7.9.2., que dispõe que esta constitui “sua única forma de remuneração pela gestão operacional”, resta confusa a forma de remuneração da gerenciadora.

Sabe-se que no modelo de gestão de frotas, as empresas gerenciadoras possuem duas formas de remuneração, sendo (1) a Taxa de Administração a ser paga pelo Órgão Contratante (em uma % do valor executado), e (2) Taxa de Credenciamento cobrada da rede credenciada (% cobrada sobre os valores a serem repassados aos credenciados).

Historicamente, em um cenário incipiente do mercado de gestão de frotas públicas, com poucos players especializados e baixa concorrência, os contratos com a Administração Pública previam uma taxa de administração. Nessa configuração, o ente público remunerava a gerenciadora por seus serviços de gestão, geralmente por meio de um percentual incidente sobre o volume financeiro administrado.

Com o amadurecimento do setor, o ingresso de novas empresas no segmento e a busca por modelos mais competitivos, surgiu uma reconfiguração do arranjo econômico desses contratos. **Muitas gerenciadoras passaram a operar sem ônus direto para a Administração, adotando modelo em que**



a remuneração se dá por meio de uma taxa cobrada dos estabelecimentos credenciados — como oficinas mecânicas, auto centers e demais prestadores de serviço.

O presente Edital, inicia-se com disputa já em Taxa Negativa (-1,38%), logo, a Prefeitura não remunerará a Gerenciadora via Taxa de Administração, convertendo-se, a taxa negativa, em desconto a ser aplicado sobre os orçamentos da rede credenciada nas Ordens de Serviço.

Os valores faturados para a Administração serão pagos à gerenciadora para fins de reembolso da rede credenciada.

Desta forma, a **única remuneração possível da gerenciadora é através da cobrança de Taxa de Credenciamento, isto é, uma porcentagem cobrada pela gerenciadora dos credenciados sobre os valores executados por estes, no momento do repasse.**

Nesse arranjo, os custos de gestão são internalizados pela rede de oficinas, que arcam com um percentual sobre os valores dos serviços executados. Essa taxa visa remunerar a gerenciadora pelos serviços de gestão, triagem técnica, liberação, auditoria, suporte, integração ao sistema e repasse financeiro, além de manter a infraestrutura tecnológica e operacional necessária à gestão da rede.

A Taxa de Credenciamento é descontada do estabelecimento credenciado no momento do repasse dos valores pagos pela Administração Pública.

Portanto, a gerenciadora de frotas somente será remunerada quando do efetivo pagamento pela Administração Pública e o consequente repasse dos valores à rede credenciada.

No entanto, crê-se que a redação dos itens 7.9.1 e 7.9.2, ao tratar que a “remuneração da Contratada dar-se-á exclusivamente por meio do percentual de desconto ofertado na proposta vencedora” e que a taxa de administração constitui “sua única forma de remuneração pela gestão operacional”, está confusa, podendo levar ao entendimento equivocado que é vedada eventual taxa de credenciamento a ser paga pela oficina credenciada à empresa de gerenciamento.



Logo, considerando a falta de clareza no dispositivo, visando evitar questionamentos e incertezas, o intuito da presente impugnação recai no esclarecimento de que **os itens 7.9.1 e 7.9.2 não constituem vedação à cobrança de Taxa de Credenciamento.**

Isso porque a cobrança de Taxa de Credenciamento é oriunda da composição de uma **relação jurídica entre particulares**, onde a gerenciadora fornece o software, os meios para controle de preços e toda a assistência personalizada à oficina credenciada, que lançará, dentro do sistema informatizado, seu melhor preço para atender o Órgão contratante.

Tendo em vista que o contrato de credenciamento entre a gerenciadora e o estabelecimento credenciado é caracterizado como um contrato bilateral, resta inequívoco que ambas as partes envolvidas na relação jurídica assumem encargos e vantagens.

O estabelecimento, ao credenciar-se com a gerenciadora, assume voluntariamente o compromisso de praticar um desconto pré-definido com a plena ciência de que haverá uma taxa de utilização do sistema, não havendo qualquer interferência quanto à orçamentação final, bem como não implica em ônus à Administração Pública.

É imperioso esclarecer que a relação estabelecida entre a Administração Pública e a gerenciadora abrange a seara do direito administrativo, devidamente respaldada no instrumento convocatório o qual publiciza a licitação e é a lei entre as partes do processo licitatório.

Já a relação entre a licitante e o credenciado, é balizada pelo Código Civil, totalmente apartada e independente da supramencionada. Observada a relação comercial entre dois prestadores de serviço, resta evidente que não se trata de uma obrigação gratuita, uma vez que **o direito a contraprestação é assegurado** à gerenciadora que cede o uso da plataforma e suas funcionalidades à oficina mecânica/autopeças.

Ademais, destaca-se que o critério de julgamento adotado é o de menor preço, operacionalizado por meio da aplicação de taxa de administração negativa (desconto) sobre o valor estimado da contratação.



Nesse contexto, a própria possibilidade de apresentação de taxas negativas revela-se incompatível com a premissa de que a remuneração da gerenciadora viria exclusivamente de eventual taxa administrativa positiva. Isso porque, **na dinâmica competitiva do certame, as licitantes, naturalmente, tenderão a ofertar taxas administrativas reduzidas ou até mesmo negativas, a fim de conferir maior vantajosidade econômica à Administração Pública e, consequentemente, obter melhor classificação no certame.**

A impossibilidade de aferição de renda unicamente pela taxa de administração positiva, na realidade dos fatos, implica na inviabilidade econômica do modelo de contratação, na medida em que a empresa gerenciadora ficaria impedida de auferir qualquer forma legítima de remuneração pela disponibilização da plataforma tecnológica, pela intermediação operacional e pelo suporte prestado à rede credenciada.

Tal circunstância, além de desconsiderar a dinâmica consolidada do mercado de gestão de frotas, **pode acarretar restrição indevida à competitividade do certame,** afastando potenciais interessados que operam sob modelo econômico amplamente difundido e aceito no setor.

Nesse sentido, mostra-se razoável compreender que a vedação prevista no instrumento convocatório refere-se apenas à cobrança de encargos diretamente da Administração Pública, **não se estendendo às relações privadas estabelecidas entre a gerenciadora e os estabelecimentos credenciados,** as quais permanecem regidas pela autonomia da vontade e pelas disposições do direito civil.

3. Requerimentos


Diante do exposto, requer-se o recebimento do presente esclarecimento com força de impugnação ao edital, para que se esclareça que as taxas não se confundem, e que a limitação de que tratam os itens 7.9.1 e 7.9.2 referem-se tão somente à taxas cobradas pela gerenciadora contra a Administração, e não constituindo vedação da cobrança de Taxas da rede credenciada.



Para garantir a competitividade do certame, aguardamos que sejam respondidos nossos esclarecimentos, e caso a resposta aos nossos questionamentos seja negativa, solicitamos considerar nosso documento como uma **IMPUGNAÇÃO** ao edital, uma vez que o mesmo restringe a participação e a competitividade.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 11 de março de 2026.



LUDOMIR EDUARDO FURMANN
Representante Legal